

... continuação									
no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: Os ativos intangíveis são amortizados em base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão. A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é baixado ou amortizado completamente. Redução ao valor recuperável dos ativos: A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de <i>impairment</i> para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto. A contabilização do ativo intangível relacionado à concessão envolve julgamento da Administração quanto ao enquadramento do contrato e à classificação do direito de concessão como ativo intangível, bem como quanto à capitalização de dispêndios e despesas subsequentes quando geram benefícios econômicos futuros. A Companhia realiza anualmente revisão dos indicadores de <i>impairment</i> para os ativos intangíveis, ativos de contrato e direito de uso. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, essa análise não identificou evidências objetivas que existissem a realização de um teste quantitativo de recuperação de ativos.									

... continuação

reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e arrendamentos, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas em instrumentos derivativos e cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam

em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste a valor presente arrendamento	(742)	(1.273)
Taxas e tarifas bancárias	(303)	(219)
Despesas com juros sobre empréstimos e debêntures	(11.003)	(7.902)
Outras despesas financeiras	(3.437)	(749)
	(15.485)	(10.143)
Rendimento de aplicação financeira	17.170	9.629
Remuneração sobre os outros ativos financeiros	436	201
Recebimento de ajuste compensatório	53.764	-
Outras receitas financeiras	2.028	1.967
	73.398	11.797
Atualização dos ativos e passivos setoriais	(8.854)	(2.333)

Atualização dos débitos de PIS e COFINS

	31/12/2025	31/12/2024
	3.328	2.536
	(5.526)	203
Resultado financeiro, líquido	52.387	1.857
Reconciliação		
Despesas financeiras	(15.485)	(10.143)
Receitas financeiras	73.398	11.797
Variáveis monetárias e cambiais, líquidas	(5.526)	203
Resultado financeiro, líquido	52.387	1.857

26. Compromissos

– Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta R\$ 44.581 mil em obrigações em aberto até a data da divulgação dessa demonstração, compostas principalmente por fornecedores de gás, materiais e serviços, tributos, taxa regulatória, e demais despesas operacionais. Esses valores referem-se às atividades regulares da Companhia que mantêm acompanhamento contínuo do fluxo de caixa,

27. Eventos subsequentes

– A Companhia não identificou nenhum evento subsequente até a data de aprovação das demonstrações financeiras.

Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior – Diretor

Mariana Alves Merenda – Contadora CRC ISP 352.107

Aos Diretores e Administradores **Necta Gás Natural S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Necta Gás Natural S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Porque é um PAA: Receita de venda de gás fornecida e não faturada – Nota 9 e 23: A receita de distribuição de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte do gás distribuído não é faturado ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, o qual em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 54.668 mil. O cálculo da receita de gás não faturada envolve dados históricos, tais como tarifa de venda de gás definida pelo regulador e número de dias de consumo não faturado, além da estimativa por parte da administração acerca do comportamento do consumo dos clientes na rede de distribuição no período não faturado em relação ao período faturado. Devido à relevância dos valores envolvidos na aplicação de estimativas e julgamentos pela administração, esse assunto foi considerado como um assunto significativo para a nossa auditoria.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste do controle interno relevante relacionado com o processo de receita e contas a receber, bem como dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que

suportam esses processos, controles e testes substantivos para recálculo da estimativa. Realizamos o entendimento e testamos os processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados, bem como os modelos de cálculo para mensuração e contabilização da receita de gás fornecida e não faturada. Seleção em base amostral, de receitas já faturadas, para inspeção do documento fiscal referente a última medição realizada no mês, com o objetivo de conferir que: (i) a quantidade de dias estimados de consumo obtida a partir da data da última leitura do medidor de gás até a data de fechamento está razoável; (ii) o cálculo do consumo médio diário está conforme a última fatura emitida; e (iii) comparação da estimativa de receita de gás fornecida e não faturada com a receita efetivamente faturada no mês subsequente. Adicionalmente, validamos que o valor da tarifa de venda de gás que está sendo utilizado no cálculo da estimativa, está de acordo com o preço por segmento estabelecido pelo órgão regulador. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.
Mensuração e classificação do intangível e ativos de contrato – Notas 15 e 15.2: A Companhia possui registrado intangível do contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado e ativos de contrato nos montantes R\$ 420.637 mil e R\$ 93.016 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato de concessão pública e investimentos efetuados na rede de distribuição de gás canalizado, mensurados pelo custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras. O reconhecimento desses investimentos entre intangível e ativos de contrato envolve complexidade e julgamento por parte da Administração. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o intangível e ativos de contrato. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do ambiente de controles internos do processo de intangível e ativos de contrato, bem como procedimentos substantivos relacionados com o processo de avaliação dos custos reais e custos aprovados pelo regulador. Efetuamos o cálculo matemático e testamos o modelo utilizado para a classificação dos investimentos no intangível. Seleção em base amostral, dos materiais, e serviços aplicados às obras que evidenciaram os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados. Avaliamos se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação no intangível. Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível do direito de concessão reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e

informações obtidas. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 18 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela diretoria e governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP 000.160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti

Contador CRC IMG 091.301/O-2

pwc

ASSINAR pdf

Código do documento 8372c859-c9e6-4941-85d5-c9b66095877e



Assinaturas



JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104
Certificado Digital
jornaloimparcialararaquara@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

18 Mar 2026, 08:17:45

Documento 8372c859-c9e6-4941-85d5-c9b66095877e **criado** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email:jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-03-18T08:17:45-03:00

18 Mar 2026, 08:18:32

Assinaturas **iniciadas** por DANIELA SIMOES CORREA DA SILVA FERNANDES (89490022-942a-420d-811e-5e0d3515664e). Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. - DATE_ATOM: 2026-03-18T08:18:32-03:00

18 Mar 2026, 08:30:32

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104 **Assinou** Email: jornaloimparcialararaquara@gmail.com. IP: 187.34.133.210 (187-34-133-210.dsl.telesp.net.br porta: 64948). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Autoridade Certificadora ALTERNATIVE,CN=JORNAL O IMPARCIAL DE ARARAQUARA LTDA:38249305000104. - DATE_ATOM: 2026-03-18T08:30:32-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f28fc21e82aaffc1b25199837b34e961d57cd6fe3710b7847e70fadf368b95c0
(SHA512):07b667fec70cdb19668ccc96c3b9f163ba8a7b9bf94bef87f49ad126ac42585e312321346841024b41f71d16893b5e899990a184e7f6d9a68e6059e8e0dd611d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

